

SEXTA-FEIRA — 20 DE MARÇO DE 1987

**Notas e informações****A derrota do procônsul**

Os 36 votos a mais que o senador Mário Covas obteve sobre o deputado Luiz Henrique, na votação para a liderança da bancada do PMDB na Constituinte, surpreenderam o derrotado, o principal gestor de sua candidatura (o procônsul Ulysses Guimarães) e o próprio presidente da República. Não surpreenderam, contudo, quem tenha acompanhado os passos dos constituintes em seus primeiros dias de trabalho, principalmente os daqueles que compõem a maioria centrista da bancada majoritária no Congresso. É que começou a não ser mais um segredo para ninguém (e o próprio ministro do Desenvolvimento Urbano, Denis Schwartz, já declarou isso, sem subterfúgios) a distância cada vez maior entre o governo e o partido que pretensamente o apóia. Em linguagem direta, o ministro declarou: "Este Ministério não goza da confiança nem da sociedade, nem do Congresso".

O ministro paranaense tem razão, e a prova disso é que Mário Covas ganhou a disputa pela liderança na bancada depois de fazer um discurso veemente e emocional, no qual defendeu a tese de que o líder do PMDB na Constituinte não deve ter assento no Conselho Político do governo Sarney. Mas não foi só; a crítica ao alinhamento automático da bancada ao governo veio acompanhada de dois outros ingredientes básicos: a condenação aos poderes concentrados do multipresidente da Câmara, da Constituinte e do partido, Ulysses Guimarães, e a perplexidade ante o fato de o maior partido político do País não ter até agora uma

definição orgânica e precisa a respeito de grandes temas como, só para dar o exemplo mais gritante, a questão do regime de governo — se deve ser parlamentarista ou presidencialista. Como o senador paulista foi eleito por ter feito este discurso e não por ter tido oito milhões de votos, como muitos insinuaram ao longo da semana, é de crer que a maior parte da bancada do PMDB na Constituinte está insatisfeita com as atitudes dúbias na relação do partido com o governo, a concentração de poderes de Ulysses e a gelatinosa indefinição do grupo majoritário sobre os temas mais polêmicos a serem tratados na Constituição que está sendo redigida em Brasília.

Mário Covas não tem a biografia nem mesmo o *physique du rôle* do dissidente. Mas sua vitória foi construída nas bases de uma crença que parece ter-se solidificado nos últimos dias: a de que a decantada solidão de Ulysses Guimarães no posto de único nome capaz de unir as tendências multiideológicas do PMDB está sendo minada. Por mais que se tente enterrar a verdade na vala comum da retórica, a vitória de Mário Covas é uma derrota para Ulysses Guimarães e, nessas dimensões, não se conhecia derrota anterior do antigamente apelidado "senhor diretas". Talvez por ter-se exposto perigosamente à chacota pública, pela fome com que se atirou a todas as presidências disponíveis, o deputado paulista anda arranhando sua imagem, antes sólida, de único político peemedebista com caráter suficiente de estadista, para administrar imparcialmente as di-

vergências e os interesses da frente que ainda é o partido do atual governo.

Assim sendo, a eleição de Mário Covas é um indicador que deve ser analisado com prudência pelo presidente da República, principalmente neste momento em que sinais de fumaça do Palácio do Planalto prenunciam uma reforma ministerial. Primeiro, porque ela reduz o poder de fogo, até agora absoluto e quase isolado, de Ulysses nessa negociação. Segundo, porque ela reflete a falta de confiança que os constituintes peemedebistas manifestam em relação ao atual Ministério. Essa desconfiança é, aliás, reflexo da falta de uma política coerente do governo, que afaste a sociedade brasileira da perplexidade em que ela está perigosamente mergulhando. O terceiro motivo para a meditação presidencial é a desautorização do centro, maioria na bancada, às articulações e trapalhadas dos grupos radicais de esquerda, que parecem ter a cúpula do PMDB cativa.

A derrota de Luiz Henrique e da máquina oficial do partido majoritário — em que pese Mário Covas não ser propriamente um elemento catalisador para se contrapor à figura de Ulysses — dá mostras de um saudável desejo de democratização interna que os constituintes peemedebistas revelam. Os próximos passos do presidente não podem ser dados sem levar em conta as lições da disputa, decidida por um discurso, cuja veemência e passionalismo não foram capazes de fazer desmoronar o muro de verdades em que se construiu.